



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DUMA GRANDE MANIFESTAÇÃO O 15 de Abril no Porto

Foi ao apelo do Partido Comunista que no dia 15 de Abril mais de 40.000 pessoas encheram a Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e imediações, para protestar contra a carestia de vida e reclamar meios para a enfrentar, ou seja, aumento de salários e medidas eficientes para pôr um travão à alta dos preços. Esta grandiosa manifestação constituiu uma importante vitória política do Partido Comunista e das massas populares.

O governo fascista mobilizou as suas forças policiais para impedir que a manifestação se realizasse, intensificando e multiplicando as formas de vigilância, particularmente a partir do dia 10 de Abril, prendendo no dia 14, «preventivamente» com fins intimidativos, cerca de uma dezena de pessoas e montando um espectacular aparelho repressivo no local da manifestação com o intuito de fazê-la gorar antes do seu começo.

A manifestação rompeu, numa verdadeira demonstração de coragem dos seus activistas e das massas populares.

Quando se ergueu a bandeira nacional e, de vários lados, foram levantados cartazes e lançadas milhares de tarjetas com as palavras de ordem da manifestação, as forças policiais (PIDE, PSP, GNR, legionários e cães policiaes) lançaram-se bárbaramente sobre os manifestantes, espancando, ferindo, prendendo.

Toda a violência e os esforços do inimigo não conseguiram impedir que os objectivos da manifestação fossem plenamente alcançados: O governo fascista sentiu pela frente a força das massas em luta contra a sua política de exploração dos trabalhadores, de guerras coloniais, de protecção aos monopólios nacio-

nais e estrangeiros,

Quanto às massas populares, ganharam maior confiança nas suas próprias forças, maior consciência do carácter do fascismo (e, concretamente, das verdadeiras causas que accionam a alta dos preços), compreenderam melhor a necessidade de se lançarem ao combate em defesa dos seus interesses e darem continuidade à luta contra a carestia da vida e por aumento de salários,

Duma manifestação desta envergadura e importância política muitos ensinamentos e conclusões há a tirar.

Condições objectivas e subjectivas

A escalada do custo de vida que, tal como o Partido alertara em Janeiro de 1971, sofreu a partir de então um brutal agravamento, ao mesmo tempo que o governo deixava bem clara a sua intenção de conter ferreamente os aumentos de salários através do desencadeamento, durante todo o ano de 1971, duma feroz repressão contra as lutas reivindicativas dos trabalhadores e contra o movimento sindical, faziam prever um crescente descontentamento das massas populares e tornavam premente a necessidade de chamá-las à luta para impedir o agravamento da sua situação.

Assim, já em Outubro de 1971 a D.O.R.N. decidiu que a luta contra a carestia da vida deveria ser uma das quatro direcções fundamentais do trabalho para os próximos meses e que posteriormente tal direcção de trabalho passasse a considerar-se prioritária até à possível realização de uma manifestação contra a



carestia. A partir de então, prestou-se particular atenção às condições objectivas e subjectivas que permitiriam lançar, com êxito, a palavra de ordem de manifestação.

a) — No que toca a uma das condições objectivas — a situação concreta das massas — houve um acompanhamento permanente da situação quer através do estudo dos dados oficiais sobre a evolução dos índices de preços, quer através da observação directa dos aumentos de preços dos produtos principais, quer através da auscultação da situação dos trabalhadores. Em face da previsão de há um ano atrás e na comparação com os dados então colhidos, concluiu-se que a situação se agravara radicalmente.

b) — Este agravamento da situação influenciava decisivamente outra condição objectiva importante que, neste caso, era o estado de espírito das massas em relação às suas crescentes dificuldades económicas.

Quanto à escolha da data, pensou-se inicialmente no mês de Dezembro de 1971 para a realização da manifestação. Na verdade, a escalada brutal do aumento do custo de vida nos últimos quatro meses de 1971, criava condições favoráveis para a manifestação. Mas nessa altura (fins de Dezembro), se uma das condições objectivas já estava criada (situação concreta das massas), a outra (estado de espírito das massas) não estava ainda suficientemente madura. Também a mais importante condição subjectiva (organização do Partido capaz de levar para a frente as múltiplas tarefas que a manifestação impunha) não estava ainda no ponto desejável.

Previu-se então que, com as medidas nessa altura tomadas, estas duas condições se realizariam simultaneamente, lá para fins de Março, para o que iria influir a intensificação das lutas reivindicativas, da propaganda e do trabalho organizativo do Partido.

Em conformidade com tal previsão decidiu-se em Janeiro pôr à discussão da organização a proposta de realização de uma manifestação contra a carestia de vida no dia 1 de Abril. Ouvidas as opiniões da organização verificou-se que uma parte importante dos camaradas apoiava a data proposta, mas havia ainda que ganhar vários quadros para a ideia da manifestação visto que a aceitavam sem grande convicção, ou dela discordavam. Alguns militantes sugeriram o dia 29 de Abril e até o 1º de Maio. Mas estas datas tinham, entre outros, o inconveniente de diluir o objectivo central da manifestação (contra a carestia de vida) no conteúdo que é próprio ao 1º de Maio.

Ponderados estes e outros factores e tendo em conta que seria mais conveniente realizar

a manifestação num sábado, optou-se por adia-la de 1 para 15 de Abril, o que permitiu, quer através de novas discussões, quer através do entusiasmo que a realização do trabalho prático ia suscitando, ganhar quase toda a organização para a ideia da manifestação, condição que a D.O.R.N. considerava absolutamente imprescindível para o seu êxito.

Por outro lado, o grande ascenso das lutas reivindicativas nos primeiros meses de 1972 no Norte, de que a greve da Grundig foi a expressão máxima, mostrava o descontentamento e determinação das massas populares, as suas potencialidades para se lançarem numa luta superior como viria a ser a grande manifestação do 15 de Abril.

Vemos, pois, que a escolha do conteúdo político e da data da manifestação não foi arbitrária, antes resultou da análise da situação concreta, das opiniões da organização do Partido e da discussão colectiva dos problemas.

Ter em conta o inimigo

Outro factor decisivo do êxito de qualquer luta é a observação das forças do inimigo, da sua disposição e possibilidades de empregar essas forças. Ora um dos aspectos que se ponderou foi o facto das forças repressivas estarem a preparar-se para uma forte repressão a uma possível manifestação no 1º de Maio. (Esta previsão veio, como se sabe, a confirmar-se plenamente e contribuiu de certo para o inêxito das tentativas de manifestação em Lisboa e Moscavide).

Não foi esta a única razão pela qual se decidiu não fazer uma manifestação no 1º de Maio no Porto. Mas ela pesou fortemente na ideia de antecipar a manifestação contra a carestia de pelo menos duas semanas em relação ao 1º de Maio.

Além de se evitar, assim, um embate que teria sido ainda mais violento, esta antecipação permitiu também surpreender o inimigo no que respeita à agitação e realizá-la quase toda antes que ele tivesse tomado medidas especiais de vigilância.

Efectivamente, contando o inimigo que a manifestação se realizaria no 1º de Maio, suporia que o grosso da agitação se efectuasse depois de 15 de Abril. Ora, no dia 9, quando o inimigo tomou conhecimento da data real da manifestação (pelas tarjetas lançadas nesse dia), já todos os manifestos tinham sido distribuídos. A partir dessa data, a mudança da forma principal de agitação surpreendeu de novo o inimigo: rebentamento de caixas com tarjetas quando as brigadas de agitação já estavam longe. Tudo isto permitiu que uma volumosa agitação (mais de 260.000 documentos

e tarjetas) tivesse sido executada sem uma única baixa.

Mobilização, agitação e organização da manifestação

— Antes de tratar de aspectos da agitação, queremos salientar desde já que mesmo uma boa agitação quanto a conteúdo político e quanto a volume e formas de agitação, não chegaria para garantir o êxito duma manifestação deste tipo. Sempre tanto ou mais importante do que uma boa agitação é a **mobilização feita por via orgânica** do Partido e de organizações legais e semi-legais.

Aspectos de defesa impedem a exploração do que se fez neste capítulo. Mas conseguiu-se de facto que centenas de pessoas fossem activistas da mobilização directa de massas para a manifestação e que o problema da carestia da vida e suas causas fosse agitado oralmente em fábricas e outros locais de trabalho, em reuniões públicas e até num mercado, em escolas e faculdades, etc. Por exemplo, um abaixo-assinado de protesto contra a subida dos preços circulou em várias fábricas e faculdades.

— Contudo, mesmo depois duma boa mobilização orgânica e de uma boa agitação terem conseguido uma grande concentração de massas num dia e local prévia e criteriosamente escolhidos, a manifestação pode gorar-se se não tiver havido um trabalho de **planificação e organização da própria manifestação**. A escolha do ponto ou pontos de arranque, da hora e formas de arranque, dos tipos de agitação a fazer durante a manifestação, a responsabilização de activistas pela realização de todas estas e outras tarefas como as de protecção de certos quadros, de direcção da manifestação etc., constituem um conjunto complexo de questões que podem ser decisivas para o êxito de uma manifestação.

— No que diz respeito à agitação, foram considerados vários factores, entre eles:

- a) — Os aspectos políticos
- b) — Os aspectos técnicos

a) — No aspecto político havia, em primeiro lugar, que determinar o conteúdo político da agitação. Deveria ser mais largo (focando vários problemas), ou mais restrito? Optou-se pelo mais restrito — luta contra a carestia da vida — embora dando sempre a explicação das suas causas. Partiu-se do princípio que, se há situações em que somar várias palavras de ordem pode multiplicar o número de adesões a uma manifestação, há situações (e esta era uma delas) em que somar muitas palavras de

ordem afastaria gente, enquanto focar apenas um único problema profundamente sentido pelas massas populares chamaria à manifestação mais amplas e variadas camadas, mesmo a parte menos politizada da população. E foi o que aconteceu. Com a vantagem de, centralizando a propaganda no aumento do custo de vida, suas razões e implicações, ter-se conseguido, na base desse problema concreto e imediato, uma muito maior consciencialização das camadas menos politizadas.

O conteúdo da agitação foi portanto determinado em função do objectivo político decidido para a manifestação.

Dentro dessa orientação, iniciou-se em fins de Janeiro a agitação do problema com o manifesto (a propósito do 4 de Fevereiro) sobre as guerras coloniais, apontando-as como principal causa do aumento do custo de vida, a que era dado já particular realce. Em Fevereiro foi agitado o manifesto « Contra o aumento do custo de vida intensificar a luta por maiores salários ». Em Março foi lançado o documento: « Unidos, levantemo-nos contra a carestia da vida »; em fins desse mês até 4 de Abril foi distribuído o manifesto ao « Povo do Porto » que, sintetizando o conteúdo dos anteriores, exortava já em termos gerais a uma manifestação de massas contra a carestia.

Quanto às tarjetas convocatórias da manifestação todas elas apelavam para uma manifestação contra a carestia da vida. Algumas delas acrescentavam apenas a palavra de ordem de luta por aumento de salários e outras (em muito menor número) incitavam à luta por feriado no 1º de Maio.

Em suma, praticamente toda a propaganda e agitação que visou a mobilização para a manifestação se centrou na carestia da vida. E só no decurso da própria manifestação se procurou alargar o seu conteúdo político com o lançamento de 10.000 tarjetas de politização da manifestação nas quais se apelava para que o povo gritasse:

— « Abaixo a carestia da vida! Aumento de salários! Feriado no 1º de Maio!

Abaixo as guerras coloniais, a repressão e o fascismo! »

b) — Quanto aos aspectos técnicos da agitação, além da agitação verbal, podemos dividi-la em:

— Agitação de documentos e tarjetas pelos processos normais e de forma espectacular (rebatimento de caixas com cerca de 500 tarjetas);

— colocação de cartazes de pano de 1,35 por 1 metro;

— Pichagens e inscrições.
Desempenharam-se destas tarefas, com gran-

de audácia e iniciativa, dezenas de brigadas de agitação em que participaram operários, jovens trabalhadores e estudantes, mulheres, intelectuais, etc..

Deve referir-se que toda a agitação foi metódicamente planeada quanto a locais, horas, etc., e que o rebentamento das caixas por meio de pequenas bombas, que teve extraordinário impacto sobre a população, mereceu uma particular atenção dos organismos responsáveis.

Outras experiências

Várias outras experiências se podem e devem tirar desta luta, sobretudo no que toca a deficiências e erros praticados, mas não o permitindo o espaço disponível, optou-se por focar apenas alguns aspectos essenciais.

A D.O.R.N. publicará brevemente um relatório em que todos estes aspectos serão abordados.

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO NO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

As questões de organização têm constituído das mais sérias dificuldades internas com que o movimento democrático se tem defrontado desde a burla eleitoral de 1969. Já em Maio de 1970, (documento «Para uma nova ofensiva contra o fascismo»), o C.C. do nosso Partido, dando-se conta de que problemas organizativos estavam a transformar-se num dos principais entraves ao desenvolvimento do movimento, afirmava: «O movimento democrático tem que encarar de frente as dificuldades com que está a tropeçar no domínio da organização. As formas de organização são um instrumento cuja validade se mede pela eficácia.»

«Basismo» e «dirigismo»

Na crítica a que submeteu as concepções subjacentes a algumas das soluções organizativas preconizadas na altura, o C.C. apontava (no mesmo documento) como particularmente prejudiciais a que ficou conhecida pela designação de «basismo» e outra que se lhe contrapunha e a se chamou então «cupulismo», «topismo» ou «dirigismo».

Referindo-se à primeira, o C.C. caracterizava-a como concepção anarquizante cujos traços principais residiam: na sistemática contestação e despromoção de quaisquer «personalidades», na negação da necessidade de organismos com responsabilidade de direcção, no rotativismo e rigidismo em sistema geral. «Tal concepção tende — afirmava o C.C. — a privar o movimento dos instrumentos de pronta decisão e iniciativa, particularmente necessários após a burla eleitoral, numa nova fase da luta, em que se tornam extremamente mais difíceis as reuniões e assembleias e as resoluções resultantes de um processo

de ampla discussão.»

Referindo-se à segunda, o C.C. caracterizava-a como concepção sectária, cujos traços principais residiam na defesa de uma estruturação em moldes rígidos, «dirigistas», centralizadores, sem representação adequada nos organismos superiores dos delegados das organizações. Ela «contraria — afirmava o C.C. — a dinâmica do movimento e a indispensável maleabilidade da sua organização e não corresponde à diversidade política de distrito para distrito, nem aos diferentes níveis de acção e organização dos vários sectores.»

Teóricamente derrotadas nos debates que tiveram lugar na altura, quer a nível distrital quer a nível nacional, estas duas concepções não deixaram, no entanto, de continuar a exercer uma influência negativa e podem, sem exagero, considerar-se em boa medida responsáveis pela paralisação e desarticulação de algumas das estruturas do movimento.

O «basismo» continuou a manifestar-se em soluções organizativas que foram sendo adoptadas, em certos distritos, surgindo de modo típico naquilo a que se chamou o «bicefalismo», em que a formação de dois organismos paralelos com responsabilidades de direcção e com campos de acção mal definidos conduziu à luta de competência entre um e outro e levou à paralisação recíproca.

O «basismo» continua a manifestar-se na dificuldade em encarar a formação de organismos coordenadores estáveis que, embora podendo ter um carácter provisório, respondam às necessidades de entrelaçamento da actividade de diferentes comissões específicas, assegurem um contacto estreito e activo com as bases, garantam a solução de problemas técnicos, tomem iniciativas inter-

distritais.

O «dirigismo» continuou a influenciar a vida de várias das estruturas distritais do movimento democrático, assumindo em algumas delas a forma de «caciquismo», o que conduziu ao abandono do trabalho organizado, com a consequente desarticulação das comissões de base e o isolamento dos núcleos dirigentes. No plano nacional as tendências «dirigistas» deixaram, do curto período em que predominaram, uma certa suspeição em relação a formas de coordenação nacional que quando realizadas em moldes flexíveis se tinham revelado, antes, não só indispensáveis para a coesão do movimento no seu conjunto mas também incentivadoras do próprio trabalho distrital e de base.

O «dirigismo» continua a manifestar-se nas dificuldades com que se encaram, em alguns distritos, as reuniões amplas e abertas que definam democraticamente os objectivos gerais, as grandes linhas de acção, as formas de organização, estimulem a reorganização das bases e a sua participação nas decisões.

Incompreensões políticas na origem das dificuldades orgânicas

As dificuldades reveladas pelo movimento democrático quando se tratou de encontrar, no período que se seguiu à burla eleitoral, soluções adequadas para os problemas de organização, não devem, no entanto, ser isoladas do conjunto dos outros problemas internos, com que o movimento se defrontou e muito menos atribuídas a uma congénita incapacidade organizativa dos seus activistas.

A este respeito convém recordar a forma positiva como o C.C. apreciou o movimento das CDE no documento «Para uma nova ofensiva contra o fascismo». Disse o C.C.: «A criação, em poucos meses, do vasto movimento organizado das CDE, em que foi determinante o papel da classe operária e da juventude, e a acção dirigente de amplas comissões de larga representatividade, constituíram uma grande realização e uma experiência com profundas repercussões para todo o desenvolvimento ulterior da luta antifascista».

As dificuldades organizativas que se manifestaram após a burla eleitoral exprimiram incompreensões sobre o papel da organização, mas refletiram de modo particular incompreensões sobre o papel do movimento, nomeadamente sobre a possibilidade e a necessidade de acção política legal e semi-legal num período em que a repressão fascista começava a intensificar-se.

Os debates intermináveis e desmoralizadores sobre «princípios de organização» definidos em abstracto têm as mesmas raízes dos debates de iguais características que tiveram lugar, na altura, sobre longos programas políticos de carácter partidário. Tal como barravam o caminho à iniciativa política e desviavam o movimento da acção em torno de objectivos concretos, estes debates não podiam conduzir à solução correcta dos problemas de organização. Eles assinalam o predomínio, num dado momento, das concepções que (expressamente ou não) acentavam na descrença das possibilidades de acção política legal e semi-legal e tendiam, então, a encaminhar o movimento para a paralisação, o desmembramento ou a ilegalização voluntária.

Estas concepções não foram completamente vencidas. Elas continuam a manifestar-se, a cada passo, de mistura com outras incompreensões sobre o papel do movimento democrático quer em ideias de desviar o movimento para actividades «para-políticas», culturais e sócio-profissionais, quer em propostas de objectivos de acção que omitem a luta pelas liberdades democráticas e a denúncia do fascismo, quer em opiniões que apontam a luta contra a guerra colonial como o objectivo exclusivo do movimento, quer na defesa do uso de uma linguagem aparentemente radical e violenta que, sem nada acrescentar ao esclarecimento dos problemas, dá fáceis pretextos à repressão.

A luta antifascista não pode reduzir-se, evidentemente, ao aproveitamento das possibilidades legais e semi-legais de acção política. Na reunião de Maio de 1972, o C.C. do nosso Partido (documento «Tarefas fundamentais da situação política actual») sublinhou que o movimento antifascista só pode avançar na sua perspectiva revolucionária.



ria se se puserem de pé enlaços e outras formas de cooperação clandestinas. Diz-se no documento: «**A cooperação regular e responsável entre os vários sectores políticos numa base bilateral e multilateral é complemento indispensável das formas de cooperação legais e semi-legais estabelecidas numa base unitária sem explicitações dos sectores políticos dos participantes.**»

Mas o desenvolvimento da luta antifascista não pode conceber-se, como o nosso Partido repetidamente tem afirmado, sem o aproveitamento, hábil e persistente, de todas as possibilidades de esclarecimento, acção, reunião, organização políticas no terreno legal e semi-legal, reforçando por essa forma a ligação da vanguarda com as massas, fazendo reverter para a acção política o descontentamento popular e as forças despertadas noutras frentes de luta.

Partindo desta compreensão, experiências recentes confirmam a possibilidade de luta política no terreno legal e semi-legal, comprovam a possibilidade de existência de um movimento democrático como expressão organizada desta luta, revelam a capacidade das estruturas democráticas para encontrar formas de acção e de organização que estão a permitir retomar a iniciativa política, unir na acção um número cada vez mais largo de activistas democráticos, reanimar as bases.

Reforçar a organização — tarefa capital

Alicerçando no apoio popular de que desfruta o movimento democrático tem sido capaz, apesar das debilidades manifestadas, de resistir às tentativas do fascismo para o dividir, desarticular, silenciar, e ilegalizar completamente e «mantem — como salientou o C.C. na reunião de Maio de 1972 — estruturas maleáveis, que se estão reanimando nos mais importantes distritos, conserva o carácter unitário, anima movimentos com objectivos concretos de acção, toma iniciativas diversas ainda que irregulares (...) e, desenvolvendo-se em bases regionais com características muito diferenciadas, continua voltado para a cooperação inter-regional e nacional.»

O movimento democrático tem manifestado capacidade para continuar a desenvolver amplas acções políticas de carácter legal e semi-legal e tem força bastante para se lançar na preparação de uma grande batalha política com larga mobilização das massas populares por altura das próximas «eleições» fascistas

de 1973.

A par do alargamento da unidade, do desenvolvimento da acção em torno de objectivos concretos e imediatos (como a batalha do recenseamento, o desmascaramento da natureza do fascismo e das «eleições» fascistas, da exigência e imposição de possibilidades legais de reunião, organização e propaganda), o reforço da organização democrática é, no momento presente, uma tarefa capital.

Armado com a experiência dos últimos anos, o movimento democrático está, actualmente, em condições de evitar os falsos caminhos para onde apontam as concepções «basistas» e «dirigistas» e possui ensinamentos bastantes para impedir que as sua estruturas se afoguem em debates intermináveis sobre «princípios de organização» considerados em abstracto e desligados das necessidades da acção.

O movimento democrático está em condições de retomar os métodos e as características essenciais que estiveram na base dos seus sucessos em 1969. No plano da organização essa experiência recomenda: a estruturação de uma base popular, o que implica pôr de pé (reanimando ou criando) uma vasta rede de comissões de base, de carácter local ou profissional, dinâmicas, aguerridas, estreitamente ligadas ao povo, com iniciativa e vida política interna, com objectivos definidos de trabalho; a formação de comissões de iniciativa voltadas para questões específicas que reúnem os activistas mais prontos e devotados e assegurem o desenvolvimento de actividades numa larga frente; a realização, sempre que possível, de amplas reuniões, assembleias ou plenários distritais onde as bases do movimento estejam largamente representadas e sejam decididas democraticamente todas as grandes questões de orientação, de acção, de organização; a eleição de organismos coordenadores e dirigentes a nível distrital que assegurem a coesão interna do movimento e a pronta resposta aos acontecimentos políticos; o estabelecimento de formas flexíveis de coordenação nacional e inter-distrital.

Em Maio de 1970 o C.C. do nosso Partido afirmava: «O problema capital que o movimento democrático defronta no domínio da organização é o de associar um funcionamento amplamente democrático, a intervenção de milhares de activistas das comissões de base, a maleabilidade que tenha em conta a diversidade das situações regionais e a complexidade da semi-legalidade, com a criação dos organismos estáveis e prestigiados de coordenação e iniciativa, que sejam a emanção do próprio movimento e aos quais este confira (sob adequado controlo) responsabilidades e poder de decisão.» Nas suas linhas essenciais esta orientação continua a responder aos problemas presentes.



PERGUNHAS E RESPOSTAS

P. O nº 171 de «O Militante» deu um resumo das ideias de Trotski. Não referiu, porém, as manifestações actuais do trotskismo. Entretanto, o Partido classifica de «trotskizantes» certas concepções do radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista. Seria importante, para a nossa luta política e ideológica, que fossem apontados aspectos concretos em que o trotskismo se manifesta precisamente em Portugal. Não poderia isso ser feito, mesmo de forma abreviada, nessa secção?

R. A questão tem toda a razão de ser. É mais que uma pergunta. É o enunciado de uma importante tarefa na batalha ideológica.

Não se pense que o reavivar actual das concepções trotskistas resultou de qualquer vitalidade que lhes seja inerente ou de qualquer comprovação que tenham encontrado na vida. Esse reavivar tem outras causas: a agudização da batalha ideológica entre o socialismo e o imperialismo; a existência no trotskismo de elementos típicos do radicalismo pequeno-burguês; a entrada na luta anti-imperialista de amplas camadas não-proletárias, cujas vacilações e impaciência as tornam fácil presa do verbalismo pseudo-revolucionário; a adopção do «ultra-revolucionarismo» pelos dirigentes chineses.

Teria particular interesse fazer a aproximação entre o trotskismo e o maioismo. Este coincide com aquele em tantos aspectos que não anda longe da verdade dizer que o maioismo é o trotskismo dos nossos dias. É esclarecedor o facto de que a «IV Internacional» (trotskista), logo que os dirigentes chineses apresentaram a sua plataforma contra o movimento comunista internacional, os saudou efusivamente. Em Setembro de 1960, numa carta dirigida ao CC do PC da China, a IV Internacional sublinhava com razão que as concepções chinesas, no fim de contas, retomaram as concepções trotskistas.

Anote-se também que a propaganda burguesa anticomunista utiliza largamente as ideias, consignas e «argumentos» trotskistas na luta contra a URSS e a comunidade socialista.

Em Portugal, nunca houve qualquer grupo trotskista organizado. Pelo menos, ninguém deu por ele. As concepções e métodos trotskistas (bebidos pelos mais diversos canais) aparecem em grupos e círculos «pro-chineses», em contestatários de diversos matizes, em desagregadores pseudo-revolucionários e, duma maneira geral, em todos os esquerdistas, cuja plataforma comum é o anti-socialismo e a luta contra o PCP.

Assim:

1. É característico de todos esses esquerdistas o anti-sovietismo, a luta contra os partidos comunistas, a luta contra o PCP. Nuns termos ou noutros, todos acusam o PCUS e outros partidos irmãos de terem deixado de ser partidos revolucionários, de terem adoptado posições «burguesas», de se terem tornado partidos «reformistas». Alguns, como é sabido, acusam o PCUS de ter «bloqueado» o processo revolucionário mundial e o PCP de «bloquear» o processo revolucionário em Portugal.

Essas ideias e acusações são apresentadas como «descobertas» recentes, que cada qual atribui a si próprio. O certo é que todas elas vêm de Trotski e do trotskismo, na maior parte dos casos precisamente com as mesmas palavras e as mesmas «provas».

2. É característico de todos os esquerdistas a afirmação de que à URSS caberia levar a revolução aos outros países. Por não fazê-lo, acusam-na de ter «traído» a «revolução mundial». Sempre que uma outra força revolucionária está em dificuldades num ou noutro país, logo «exigem» que a URSS intervenha, indo até à guerra contra o imperialismo, se necessário. De harmonia com esta posição, os esquerdistas pronunciam-se contra a coexistência pacífica (pelo menos até à viagem de Nixon a Pequim), que contrapõem à luta revolucionária e consideram uma capitulação ante o imperialismo. Muitos dos seus ataques à URSS, ao movimento comunista, ao PCP, partem dessas posições.

Todas estas ideias são típicas do trotskismo e ligadas à chamada «teoria da revolução permanente». Trotski contrapunha a revolução mundial à revolução em cada país. Descrente da possibilidade de construir o socialismo num só país, pretendia que a URSS se lançasse na «guerra revolucionária». Para ele a «coexistência pacífica era uma política de «pacifistas atemorizados» e uma «renúncia à revolução mundial».

3. É característico de todos esses esquerdistas a afirmação de que, por toda a parte, designadamente em Portugal, estão maduras as condições para a revolução socialista. Atacam a definição pelo PCP da actual etapa da revolução e pronunciam-se «contra o etapismo» e pela «revolução socialista» imediata.

Trata-se de ideias típicas do trotskismo também ligadas à concepção da «revolução permanente», segundo a qual, para a revolução, não é necessária a «preparação» das massas, podendo «queimar-se etapas» pelo voluntarismo dos chefes revolucionários.

4. É característica de todos esses esquerdistas a afirmação de que o movimento revolucionário português não avança por falta de dirigentes cu-



pazes. Se a revolução não se faz ainda em Portugal, isso deve-se a uma «carência de direcção revolucionária», mais concretamente, à incapacidade da direcção do PCP. Todos os esquerdistas, inimigos do PCP, teorizam sobre a «burocratização» do aparelho partidário e procuram estabelecer uma distinção entre o partido e a sua direcção, dizendo estar apenas contra esta e não contra aquele. Através desta acção «contra a direcção» e «contra os dirigentes», procuram eles naturalmente impôr-se como tal.

Aqui também aparecem a sobrestimação do factor subjectivo e outras concepções e processos típicos de Trotski e dos trotskistas. Trotski e os trotskistas contestaram a direcção do PCUS e da Internacional Comunista, promoveram a luta «contra o aparelho» e a «burocracia» do PCUS e dos partidos irmãos, procuravam voltar os membros dos partidos contra as direcções respectivas, tentando naturalmente através dessa actividade ganhar a chefia do movimento e criar e impôr o próprio aparelho burocrático.

5. São característicos dos grupos esquerdistas os processos antidemocráticos: os mascarados com a glorificação verbal da democracia; os processos de intimidação, não contra os fascistas, mas contra os comunistas; a utilização da mentira, da galúnia, mesmo de métodos provocatórios, que vão até à denúncia dos comunistas que apontam como «revisionistas» para que a PIDE os identifique. No movimento estudantil (em assembleias, eleições, votações, etc.) são diários os exemplos de tal comportamento.

Tudo isso é típico de Trotski e do trotskismo. Trotski compreendia a direcção política como um comando militar. Procurou introduzir no partido bolchevique os processos administrativos. Defendia a militarização do trabalho. Os trotskistas, onde quer que actuam, procuram criar um clima de pressão, de chantagem, de persiguições, de mando absoluto de tipo militar. Os apelos e lisonjas, que por vezes fazem às «bases», são processos demagógicos para abrir caminho à imposição duma chefia rígida, autoritária e intolerante.

6. Certos acontecimentos sucedidos em organizações revolucionárias, operárias, democráticas e estudantis podem ainda ser citados.

Tal o caso da tentativa de organização de frações, grupos de pressão, de «complots», conspirações golpes e cisões contra o PCP e da formação de «blocos» e «alianças» de grupos e grupinhos esquerdistas, tendo como plataforma a luta contra o PCP. Também é de estudar atentamente a eventual responsabilidade de elementos esquerdistas sabotadores da luta de massas na elaboração de alguns documentos que, sem nada adiantarem no processo de luta, deram pretexto ao governo para medidas repressivas contra os respectivos sectores.

Todos esses processos são típicos do trotskismo. O próprio Trotski tentou repetidamente (1912, 1926-27) formar blocos de todos os grupos de oposição contra o partido bolchevique. O «entrismo» (ou seja, a entrada de trotskistas nas organizações revolucionárias para tentar miná-las por dentro; ou a permanência nos partidos de elementos que têm divergências, mesmo que tenham de calar estas para realizar um trabalho de sapa) foi abertamente aconselhado pela IV Internacional (trotskista). Os actos provocatórios ultra-esquerdistas no decurso das lutas de massas são a prática trotskista em todo o mundo.

7. Poderia continuar-se largamente a exposição de concepções e processos dos esquerdistas portugueses da actualidade que se inspiram no trotskismo: o menosprezo, quando não a negação, do papel revolucionário da classe operária; o desprezo pelas massas populares; o combate à política de unidade do PCP; a tentativa de atrair demagógicamente os sectores não proletários mais radicalizados e elementos marginais; o cosmopolitismo; a associação do ejetismo ao mais intolerante dogmatismo; a mudança de atitudes segundo as conveniências; o mascaramento da sua essência oportunista de direita por detrás de uma fraseologia pseudo-revolucionária esquerdista.

No âmbito desta secção não podemos, porém, ir mais longe. Os aspectos referidos são suficientemente elucidativos.

Da maior parte dos esquerdistas portugueses anticomunistas não se pode dizer que sejam «trotskistas», pois nem eles sabem donde lhes vem a ideologia. Por isso se tem utilizado, em relação a algumas das suas concepções e processos, a palavra «trotskizante». Todos merecem entretanto que lhes sejam dirigidas as palavras que Lênine dirigia aos trotskistas:

«No vosso papel objectivo sois um instrumento da provocação imperialista. A vossa mentalidade» subjectiva é a de um frenético pequeno-burguês» (Ob. Compl. ed. ingl. v. 27, p. 33)

P. Chegou-me agora às mãos o número de 31 de Março de 1971 do jornal «Semana Portuguesa», que se publica em S. Paulo, no Brasil. Ai é apresentado Alberto do Amaral como sendo uma das «grandes vítimas do salazarismo». São dadas notas biográficas, que indicam tratar-se dum velho militante. Como nunca ouvi falar em tal nome, gostaria de saber mais alguma coisa a seu respeito.

R. Alberto do Amaral, esse novo «herói» da história da luta antifascista, era o pseudónimo de Armando Magalhães, da Marinha Grande, sujeito que se tornou tristemente célebre 30 anos atrás, porque, tendo militado no movimento operário e tendo tido um certo destaque no sindicato dos vidreiros, traiu os seus camaradas quando preso em 1939 e, depois de desenvolver uma actividade de intriga e provocação, acabou por se ir instalar no Brasil, a tratar da vida.

É pelo menos estranho que, 30 anos depois, o «historiador» da «Semana Portuguesa» diga que Magalhães foi vítima da luta pela chefia (!) e que saiu da cadeia «sem perder a dignidade: de cabeça bem erguida» (!!!).

A memória do movimento operário é, porém, melhor do que alguns pensam. O nome de Armando Magalhães - Alberto do Amaral, a ser lembrado, é como o de um traidor e não como o de uma das «grandes vítimas do salazarismo».

Ninguém veda, aos homens que erraram, o caminho da reabilitação, através de um esforço real, tenaz, prolongado, que convença pelos actos. Mas procurará manter-se viva a memória do movimento revolucionário para que traidores não venham um dia contar a história à sua maneira, ressuscitando do passado com um falso verniz de combatentes sem mácula.